

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS -UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CLÁUDIA DA SILVA NICÁCIO
TAYNAH RAISSA PINHEIRO FONTAN

AÇÕES PREVENTIVAS E PROTETIVAS DO ABUSO SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REVISÃO DE
LITERATURA

MACEIÓ/AL, OUTUBRO 2021

CLÁUDIA DA SILVA NICÁCIO
TAYNAH RAISSA PINHEIRO FONTAN

**AÇÕES PREVENTIVAS E PROTETIVAS DO ABUSO SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REVISÃO DE
LITERATURA**

Trabalho de Conclusão do Curso,
apresentado para formação em Psicologia
no Curso de Psicologia da Universidade
Federal de Alagoas, UFAL.

Orientadora: Prof^a Dr^a Paula Orchiucci
Miura

**MACEIÓ/AL,
OUTUBRO 2021**

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino – CRB4/1459

- N583a Nicácio, Cláudia da Silva.
Ações preventivas e protetivas do abuso sexual contra crianças e adolescentes: revisão de literatura / Cláudia da Silva Nicácio; Taynah Raissa Pinheiro Fontan. – 2021.
35 f.:
- Orientador: Paula Orchiucci Miura.
Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Maceió, 2021.
- Bibliografia: f. 33-35.
1. Abuso sexual. 2. Abuso sexual intrafamiliar. 3. Criança e adolescente. 4. Metassíntese. I. Fontan, Taynah Raissa Pinheiro. II. Título.

CDU: 159.922.7/.8:241.12

CLÁUDIA DA SILVA NICÁCIO
TAYNAH RAISSA PINHEIRO FONTAN

**AÇÕES PREVENTIVAS E PROTETIVAS DO ABUSO SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção da
formação em Psicologia, no Curso de
Psicologia da Universidade do Federal de
Alagoas, UFAL

Maceió, _____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Paula Orchiucci Miura - Doutora - UFAL (Orientadora)

Profª Drª Adélia Augusta Souto de Oliveira - Doutora - UFAL (Avaliadora)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente aos nossos pais, avós e familiares que nos incentivaram a continuar nessa jornada, nossas amigas/os de curso e vida que contribuíram na nossa formação e foram fundamentais durante a nossa graduação. Somos gratas aos nossos companheiros que nos apoiaram e serviram de abrigo durante momentos de inquietações.

Gostaríamos de agradecer em especial a nossa professora e orientadora Paula Miura pela disponibilidade, paciência e por ter compartilhado sua vasta experiência conosco, nos permitindo chegar à reta final do nosso Trabalho de Conclusão de Curso mesmo durante este período pandêmico. Ademais, gostaríamos de agradecer ao Tan, amigo e parceiro de longa data que foi super importante neste momento e em tantos outros. Vocês foram essenciais na nossa caminhada até aqui.

RESUMO

O presente artigo busca identificar e analisar produções acadêmicas nacionais no período de 2015 a 2020 acerca de ações preventivas e protetivas de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura do tipo metassíntese, que utilizou as bases de dados da CAPES e BVS-Psi, com os seguintes descritores: “Preven* *and* Abuso sexual infantil”, “Prot* *and* Abuso sexual infantil” e “Violência sexual *and* Criança”. Como critérios de inclusão utilizou-se: artigos produzidos nos últimos dez anos (2010 a 2020); artigos nacionais disponíveis em português; abordar o assunto abuso sexual contra crianças e adolescentes/intrafamiliar e que contivesse em seu título, pelo menos, um dos descritores. Obteve-se 106 artigos após a exclusão dos repetidos. Para fase da análise optou-se por um segundo recorte: artigos da área da Psicologia dos últimos cinco anos, compondo a amostra final de 18 artigos. A partir da leitura em profundidade dessa amostra identificou-se duas categorias temáticas: Medidas Preventivas ao abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes e Medidas Protetivas ao abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Foi identificada uma carência de produções que apontam a escola como uma aliada e um espaço de prevenção do abuso por meio da educação sexual de forma abrangente. Conclui-se que implementação e permanência de Políticas Públicas é a medida mais indicada na literatura para prevenção e combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Abuso sexual. Abuso sexual intrafamiliar. Criança e adolescente. Metassíntese.

ABSTRACT

This paper aims to identify and analyze national academic productions from 2015 to 2020 on preventive and protective actions for intrafamilial sexual abuse against children and adolescents. This is a systematic review of the metasynthesis literature, which used the databases of the CAPES and VHL-Psi, with the following descriptors: "Preven* and Child Sexual Abuse""Prot* and Child Sexual Abuse" and "Sexual violence and Child". The inclusion criteria used: articles produced in the last ten years (2010 to 2020); national articles available in Portuguese; address the issue of sexual abuse against children and adolescents/intra-family and containing in its title at least one of the descriptors. A 106 articles were obtained after the exclusion of the repeated ones. For the analysis phase, we opted for a second cut-out: articles from the psychology area of the last five years, composing the final sample of 18 articles. From the in-depth reading of this sample, two thematic categories were identified: Preventive measures for intrafamilial sexual abuse against children and adolescents and Protective measures for intrafamilial sexual abuse against children and adolescents. A lack of productions has been identified that point to the school as an ally and a space for preventing abuse through sex education in a comprehensive way. It is concluded that the implementation and permanence of Public Policies is the most indicated measure in the literature for prevention and combating sexual abuse against children and adolescents.

Keywords: Sexual abuse. Intrafamilial sexual abuse. Child and Adolescent. Metasynthesis.

LISTA DE TABELAS

| | | | |
|-----------------|---|---|----|
| Tabela 1 | - | Número de artigos na fase de Exploração | 11 |
| Tabela 2 | - | Número de artigos na primeira fase do Refinamento | 12 |
| Tabela 3 | - | Número de artigos na segunda fase do Refinamento | 13 |
| Tabela 4 | - | Número de artigos na fase cruzamento intradescritores | 14 |
| Tabela 5 | - | Número de artigos na fase cruzamento interdescritores | 14 |
| Tabela 6 | - | Número de artigos por área de conhecimento | 15 |
| Tabela 7 | - | Descrição dos artigos conforme título, qualis/revista, vinculação do autor principal, ano, gênero da autoria e por região | 17 |
| Tabela 8 | - | Descrição dos artigos conforme método, participantes e referencial teórico | 20 |

Sumário

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. MÉTODO | 10 |
| 2.1. Exploração | 10 |
| 2.2. Refinamento | 12 |
| 2.3. Cruzamento | 13 |
| 2.3.1. Intradescritores | 13 |
| 2.3.2. Interdescritores | 14 |
| 2.4. Descrição | 15 |
| 2.4.1. Descrição da amostra final | 16 |
| 2.5. ANÁLISE | 23 |
| 2.5.1. Medidas Preventivas ao abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes | 24 |
| 2.5.2. Medidas Protetivas ao abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes | 27 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 31 |
| REFERÊNCIAS | 33 |

1. INTRODUÇÃO

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um grave problema que atinge o mundo todo. No Brasil, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) aponta que em 2020 o Disque 100 recebeu mais de 95 mil denúncias, dentre elas: abuso sexual. Foram 4.225 denúncias de abuso sexual físico e 8.722 denúncias de estupro contra crianças e adolescentes (MMFDH, 2021). Em Alagoas, onde se desenvolveu esta pesquisa, os dados divulgados na mídia digital GazetaWeb (2021) com base em dados fornecidos pela Rede de Atenção às Vítimas de Violência Sexual (RAVVS) – criada pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) em outubro de 2018 –, apontam que 1.836 vítimas de violência sexual foram atendidas em Alagoas até a data da reportagem, sendo 1.429 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos vítimas de abuso sexual. Nesta mesma faixa etária, de janeiro a junho de 2021, foram atendidas pela RAVVS, 238 crianças e adolescentes vítimas de violência sexual (GAZETAWEB, 2021).

De acordo com o Art. 2º da Lei 8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), considera-se criança pessoas de até 12 anos de idade incompletos e os adolescentes pessoas entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 1990). Neste sentido, o ECA reconhece e assegura a esses sujeitos direito à proteção integral considerando sua condição de desenvolvimento específica, responsabilizando pela eficácia da proteção dessas crianças a família, sociedade e o Estado.

Contudo, de acordo com a cartilha “Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo” (CFP, 2009), esse processo de proteção e reconhecimento da criança e adolescente como sujeitos a serem resguardados a fim de garantir seu desenvolvimento integral, tornou-se uma preocupação a partir do século XX, quando instituídos os direitos humanos, estabelecendo como ato criminoso todas as formas de violência sexual. Tais violências apresentam-se como exploração sexual – onde há a comercialização sexual de crianças e adolescentes – e o abuso sexual, que é definido por relação de poder que vai desde carícias, manipulação de partes íntimas, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência física (MAIA; SILVA; SILVA, 2017) – sendo o abuso sexual intrafamiliar, um tipo de violência que ocorre quando há vínculo consanguíneo ou não entre criança e abusador. Esta violência se dá dentro

da casa da vítima ou do abusador, onde o perpetrador possui influência, autoridade e fácil acesso a criança por um período contínuo de tempo (LORDELLO; COSTA, 2020).

O abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes acarreta consequências emocionais, comportamentais, uma vez que ocorre durante o processo formativo da criança e adolescente e que alteram irreversivelmente o desenvolvimento neuronal, incluindo prejuízos cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais (ARAÚJO et al., 2019), o que potencializa a possibilidade de problemas de saúde física e mental ao longo da vida, sendo que sua gravidade e consequências dependem da experiência abusiva de cada vítima (FLORENTINO, 2015). Avoglia, Garcia e Frison (2015) apontam que, a curto prazo, as consequências – para além de emocionais e comportamentais – envolvem atividades masturbatórias precoces, bem como comportamentos autodestrutivos e impulsividade. A longo prazo, as mesmas autoras (2015) relatam aparecimento de práticas masoquistas, incestos, insatisfação, disfunção e aversão à atividade sexual.

A fim de minimizar os impactos negativos e a curto e longo prazo, se faz necessário o desenvolvimento de medidas preventivas e protetivas ao abuso sexual infantil intrafamiliar, onde os fatores de prevenção são definidos pelo Ministério da Saúde e a Secretaria de Atenção à Saúde (2010) como mecanismos de promoção a saúde e defesa dos direitos das crianças e adolescentes vítimas da violência, buscando a prevenção por meio da criação de condições protetivas e de resguardo em situações de vulnerabilidade e risco.

Já os fatores de proteção podem oferecer melhorias, modificações ou alterações em como a vítima da violência ressignifica o ocorrido e trabalha as consequências do abuso em seu desenvolvimento, assim, ameniza o impacto dos fatores de risco e expande as possibilidades para atuar na redução de danos após a violência consumada (MAIA et al., 2017). Tais fatores protetivos, de acordo com Conselho Federal de Psicologia (2009), apresentam-se como ferramentas de enfrentamento às situações estressoras decorrentes da violência, redes de apoio afetivo, social, familiar e institucional.

Portanto, este artigo torna-se relevante uma vez que se tem conhecimento que o abuso sexual infantil intrafamiliar vem crescendo nos últimos anos, além da pandemia da Covid-19, onde crianças e adolescentes estão mais suscetíveis ao abuso sexual, haja vista que é no âmbito domiciliar que os casos de abuso sexual são mais frequentes e com maior risco de subnotificação (Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas, 2021). Ademais, compreende-se a relevância deste artigo por analisar as produções acadêmicas e fomentar a discussão acerca do

fenômeno do abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente intrafamiliar e bem como as repercussões da temática no âmbito acadêmico e social.

Diante do exposto, este estudo teve como objetivo analisar as produções acadêmicas nacionais acerca das ações preventivas e protetivas do abuso sexual contra crianças e adolescentes no contexto intrafamiliar.

2. MÉTODO

Com o objeto e objetivo já delimitados, sendo este identificar e analisar produções acadêmicas nacionais acerca de ações preventivas e protetivas de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, fizemos uso da metassíntese, uma metodologia qualitativa de caráter bibliográfico que permite não só uma análise e uma crítica interna do que vem sendo produzido dentro do tema delimitado, como também a produção de novos conhecimentos a partir disso (OLIVEIRA et al., 2015). Para tanto, é necessário ir além da leitura e síntese do material encontrado, é preciso alcançar um novo conhecimento mediante o cruzamento de sínteses e apontamentos críticos dos textos selecionados e delimitados pelo/a pesquisador/a.

Para a construção do método, a partir da metassíntese, foram aplicadas as seguintes etapas indicadas para a constituição do processo:

2.1. Exploração

A exploração é a fase da metassíntese onde caracterizada pela definição dos portais de busca e os descritores a serem utilizados para a coleta de produções acadêmicas relevantes para a nossa pesquisa pela avaliação e decisão dos critérios necessários para que os textos selecionados encaminhem-se para a amostra final, como propõe Oliveira et al. (2015).

Para nosso propósito nesta fase, foram utilizados os portais de periódicos CAPES e BVS-Psi por representarem uma das principais bases de produções científicas para fase exploratória, esta que inclui também a definição de descritores utilizados na captura de artigos nos bancos de dados citados, desse modo, foi necessária a verificação dos mesmos no Descritores em Ciência da Saúde, o DeCS. O portal de periódicos da CAPES objetiva facilitar o acesso a artigos, teses e dissertações, com acesso livre para professores/as, pesquisadores/as, estudantes e funcionários vinculados às instituições participantes, sendo nosso acesso feito por meio da Comunidade Acadêmica Federal (CAFe), este existindo desde novembro de

2000. A Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) é uma biblioteca virtual do Ministério da Saúde com acesso disponível desde 2001, nesta plataforma são publicadas informações gerais na área da saúde e informações bibliográficas produzidas pelo Ministério da Saúde, na qual a BVS-Psi refere-se ao banco de dados específico da Psicologia. Estes portais de busca foram escolhidos devido a qualidade técnica e a relevância quantitativa e qualitativa de materiais de cunho acadêmico disponíveis com fácil acesso em ambos.

A partir disso, foram lançados nas plataformas os descritores escolhidos, visto que no processo de exploração captura-se todos os resultados de busca que surgem a partir do descritor utilizado. Neste caso, “abuso sexual *and* família” foi pesquisado nas bases de busca para este estudo, e, sem a aplicação de critérios de seleção, como pretende a fase de exploração, encontrou-se 2.555 produções científicas no CAPES e 4.541 no BVS-Psi como se apresentará na tabela 1.

Somados os resultados obtidos pela busca dos descritores “Preven* *and* Abuso sexual infantil”, “Prot* *and* Abuso sexual infantil” e “Violência sexual *and* Criança” em ambos os portais, foram encontrados na fase exploratória um total de 18.209 artigos, sendo 12.751 localizados no BVS-Psi. Os descritores inicialmente pensados como “Prevenção” e “Proteção” foram reduzidos a seus radicais a fim de capturar mais artigos a partir de suas variações semânticas possíveis, como por exemplo, protetiva/o, proteger, preventiva/o, prevenir, obter-se mais resultados. Sendo este levantamento bibliográfico realizado durante o mês de janeiro de 2021.

Tabela 1: Número de artigos na fase de Exploração.

| Descritores | Portal de busca CAPES | Portal de busca BVS-Psi |
|-----------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Abuso sexual AND Família | 2.555 | 4.541 |
| Preven* AND Abuso sexual infantil | 653 | 1457 |
| Prot* AND Abuso sexual Infantil | 951 | 2718 |
| Violência sexual AND criança | 1.299 | 4.035 |
| Resultados | 5.458 | 12.751 |
| Total Geral: 18.209 | | |

Fonte: Autoras, 2021.

2.2. Refinamento

A fase do refinamento é estágio em que se realiza o tratamento dos dados (OLIVEIRA et al., 2015), além de analisar os títulos, resumos e palavras-chave das produções encontradas após a aplicação dos critérios de inclusão na busca nos portais CAPES e BVS-Psi. A partir da quantidade de materiais encontrados, foi verificado quais textos se relacionavam de forma significativa com a temática “abuso sexual intrafamiliar”, foi necessário o uso de filtros (critérios de inclusão) nos portais de pesquisa, visto que esse atua como um facilitador do processo de refinamento, bem como de precisão para dados mais congruentes à temática.

Os critérios de inclusão são utilizados para a redução do volume de materiais encontrados e aumento da qualidade e consistência da amostra (OLIVEIRA et al., 2015). Foram utilizados os seguintes critérios: artigos produzidos nos últimos dez anos (2010 a 2020), artigos nacionais disponíveis em português, abordar o assunto abuso sexual contra crianças e adolescentes/intrafamiliar e que contivesse em seu título, pelo menos, um dos descritores aplicados.

Tabela 2: Número de artigos na primeira fase do Refinamento.

| Descritores | Refinamento CAPES | Refinamento BVS-PSI |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------|
| Abuso sexual AND Família | 91 | 64 |
| Preven* AND Abuso sexual infantil | 35 | 38 |
| Prot* AND Abuso sexual Infantil | 46 | 55 |
| Violência sexual AND criança | 135 | 147 |
| Resultados | 307 | 304 |
| | Total Geral: 611 | |

Fonte: Autoras, 2021.

Na fase 1, como mostra a tabela 2, na aplicação dos critérios foi percebida uma redução de 96.6% da amostra total, restando 611 artigos para a segunda fase, na qual realizamos a leitura de títulos, resumos e palavras-chave, bem como foi verificado a disponibilidade do acesso ao texto completo e em português.

Tabela 3: Número de artigos na segunda fase do Refinamento.

| Descritores | Refinamento fase 1 CAPES | Refinamento fase 2 CAPES | Refinamento fase 1 BVS-Psi | Refinamento fase 2 BVS-Psi |
|--------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Abuso sexual AND Família | 91 | 13 | 64 | 23 |
| Preven* AND Abuso sexual infantil | 35 | 10 | 38 | 20 |
| Prot* AND Abuso sexual Infantil | 46 | 12 | 55 | 29 |
| Violência sexual AND criança | 135 | 11 | 147 | 78 |
| Resultados | 307 | 46 | 304 | 150 |
| | | Total Geral:196 | | |

Fonte: Autoras, 2021.

Mesmo com uma redução de 96.6% comparado ao total, e de 67.9% se comparado a fase 1, ainda tem-se um total de 196 artigos na segunda fase, e sendo possível diferentes descritores e portais de busca terem capturado o mesmo texto, faz-se necessária a próxima fase.

2.3. Cruzamento

Na etapa do cruzamento é possível verificar e excluir artigos repetidos, ou seja, de mesmo título, visto que foram capturados mais de uma vez mesmo após o refinamento, através de uma análise comparativa (OLIVEIRA et al., 2015), seja ela entre as variações sintáticas dos descritores utilizados em um mesmo portal, ou seja, intradescritores, ou pelas plataformas de busca utilizadas, interdescritores.

2.3.1. Intradescritores

Como não foram usadas variações sintáticas de um mesmo descritor, a etapa foi adaptada para nosso propósito com esta fase. Para tanto, realizamos o cruzamento entre os descritores “abuso sexual *and* família”, “Preven* *and* Abuso sexual infantil”, “Prot* *and*

Abuso sexual infantil” e “Violência sexual *and* Criança” em uma mesma plataforma de busca, como mostra a tabela 4, com os textos que não se encontravam repetidos após o cruzamento.

Tabela 4: Número de artigos na fase cruzamento intradescritores.

| Cruzamento | Intradescritores CAPES | Intradescritores BVS-Psi |
|--|-------------------------------|---------------------------------|
| Violência sexual AND Criança X preven* AND Abuso sexual infantil | 20 | 78 |
| Violência sexual AND Criança X Prot* AND Abuso sexual Infantil | 01 | 09 |
| Violência sexual AND criança X Abuso sexual AND Família | 02 | 03 |
| Total | 23 | 90 |

Fonte: Autoras, 2021.

Tendo como amostra referência o descritor que apresentou mais resultados em ambas plataformas, “Violência sexual *and* Criança”, ao relizar o cruzamento com os demais descritores, foram excluídos aqueles com títulos iguais. Com isso, foi possível ir de 196 artigos para 113-90 referente à plataforma BVS-Psi e 23 referente à plataforma CAPES - uma redução de 42,3% do total a partir da segunda fase do refinamento.

2.3.2. Interdescritores

Contudo, levando em consideração que poderia haver materiais capturados mais de uma vez pelas diferentes plataformas, demos início ao cruzamento dos interdescritores, neste foi utilizado o total do CAPES (23) e do BVS-Psi (90), após já termos o resultado do cruzamento intradescritores, realizamos o cruzamento entre os artigos restantes para a exclusão daqueles que ainda estavam duplicados, que foram avaliados a partir dos títulos iguais.

Tabela 5: Número de artigos na fase cruzamento interdescritores.

| Cruzamento Interdescritores | Artigos incluídos | Artigos excluídos | Total do cruzamento |
|------------------------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------------|
| CAPES | 23 | 0 | 23 |

| | | | |
|-------------------|------------|----------|------------|
| BVS-Psi | 90 | 7 | 83 |
| Resultados | 113 | 7 | 106 |

Fonte: Autoras, 2021.

Como mostra a tabela, foram encontrados sete artigos duplicados nesta fase, restando 106 artigos.

2.4. Descrição

Nesta fase foi feito o detalhamento da amostra ao final do cruzamento, descrevendo a fonte, série histórica e a área do conhecimento em que foram produzidos os artigos que compuseram a amostra final (Bastos, 2014). Os 106 artigos resultantes das fases supracitadas, os quais, foram separados por ano e área de atuação, como mostra a tabela 6.

Tabela 6: Número de artigos por área de conhecimento.

| PERÍODO DE PUBLICAÇÃO | PSICOLOGIA | ENFERMAGEM | MEDICINA | OUTROS |
|-----------------------|------------|------------|-----------|-----------|
| 2010 | 02 | 03 | 01 | 01 |
| 2011 | 07 | 02 | 01 | 06 |
| 2012 | 03 | 06 | 03 | 01 |
| 2013 | 09 | 01 | 0 | 0 |
| 2014 | 08 | 0 | 0 | 04 |
| 2015 | 05 | 01 | 0 | 04 |
| 2016 | 05 | 03 | 0 | 02 |
| 2017 | 04 | 05 | 03 | 02 |
| 2018 | 03 | 02 | 02 | 01 |
| 2019 | 01 | 01 | 0 | 01 |
| 2020 | 01 | 02 | 0 | 0 |
| TOTAL | 48 | 26 | 10 | 22 |

Fonte: Autoras, 2021.

Assim, como mostra a tabela 6 de seriação histórica por área de conhecimento, percebe-se que a Psicologia, apesar de ter uma representatividade significativa, no tocante a quantidade de produções, chegando a representar 45,28% do total selecionado, onde 54,72%

se distribui entre as demais áreas. A segunda área de conhecimento com maior número de produções na temática aqui trabalhada foi a Enfermagem, com 24,53% tendo uma distribuição mais uniforme de artigos publicados no período do recorte (2015 a 2020), se comparados aos da Psicologia. Em sequência, com menor quantidade significativa de trabalhos acadêmicos publicados, observa-se a categoria *Outros*, esta mostrou uma diversidade de áreas de conhecimento, no entanto, com poucas produções, sendo assim um somatório de produções acadêmicas da Saúde Coletiva, Ministério da Saúde, Odontologia, Secretaria da Vigilância da Saúde.

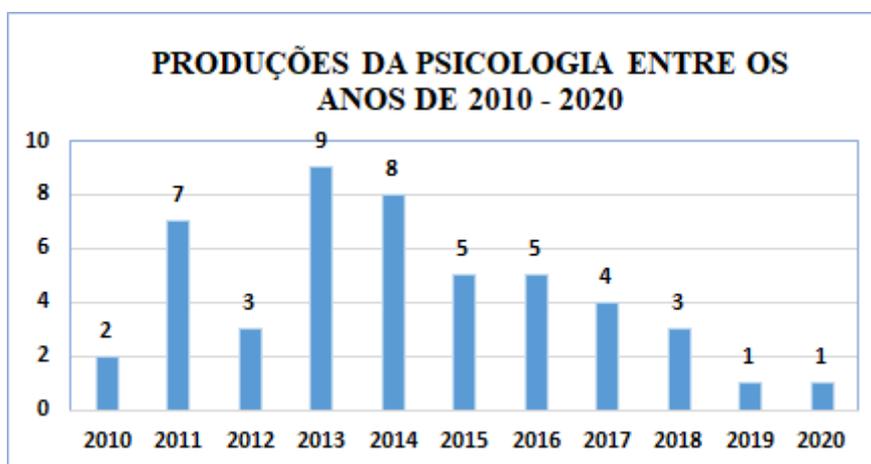


Gráfico 1: Produções da Psicologia na última década

Fonte: Autoras, 2021

O gráfico 1 apresenta uma redução de 88,89% - entre os anos de 2013 (ano de maior produção) e 2020 (ano de menor produção) - de produções da Psicologia que abordassem o tema abuso sexual infantil intrafamiliar. Observa-se uma concentração de publicações nos anos de 2011 a 2017.

Para a descrição e análise mais precisa dos artigos, fizemos um segundo recorte com as produções a partir do ano de 2015 até 2020, tendo em vista que são os materiais mais recentes. Esse critério foi inserido com o intuito de sintetizar a amostra.

2.4.1. Descrição da amostra final

Visto isso, por meio da tabela 7, procuramos aprofundar sobre a trajetória dos 18 artigos que iremos trabalhar na última fase da Metassíntese. Para tanto, classificamos a partir

do título, em qual revista o artigo foi publicada e sua Qualis - métrica que verifica a qualidade das revistas de publicação acadêmica a partir da análise da qualidade dos periódicos científicos (Ministério da Educação, 2014) –, foi também analisado a vinculação do/a autor/a principal e o gênero, bem como o ano de publicação.

Tabela 7: Descrição dos artigos conforme título, qualis/revista, vinculação do autor principal, ano, gênero da autoria e por região.

| TÍTULO | QUALIS - REVISTA | ANO | VINCULAÇÃO DO(A) AUTOR (A) PRINCIPAL | GÊNERO DO(A) AUTOR(A) |
|--|---|------------|--|------------------------------|
| A entrevista de crianças com suspeita de abuso sexual. | A1 - Estudos de Psicologia | 2015 | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Masculino |
| Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na Juventude Paraense | A1 - Psicologia: Teoria e Pesquisa | 2017 | Universidade Federal do Pará | Feminino |
| Violência Sexual Intrafamiliar e Gravidez na Adolescência: Uma Leitura Bioecológica | A1 - Psicologia: Teoria e Pesquisa | 2020 | Universidade Federal de Brasília | Feminino |
| Violência na Infância e Adolescência: Perfil notificado na mesorregião do Baixo Amazonas | A2 - Arquivos Brasileiros de Psicologia | 2018 | Centro Universitário Adventista de São Paulo | Feminino |
| Exploração sexual e rede de proteção na perspectiva da vítima | A2 - Arquivos Brasileiros de Psicologia | 2015 | Universidade Federal do Rio Grande | Feminino |
| Ofensores sexuais avaliados pelo Desenho da Figura Humana. | A2 - Avaliação Psicológica | 2016 | Université Paris VIII | Feminino |

| | | | | |
|---|---|------|---|-----------|
| Concepções sobre adolescentes em situação de violência sexual | A2 - Psicologia & Sociedade | 2016 | Universidade Estadual de Montes Claros | Feminino |
| Transmissão Geracional Familiar em Adolescentes que Cometeram Ofensa Sexual. | A2 - Psicologia: Ciência e Profissão | 2017 | Universidade de Brasília | Feminino |
| O Olhar de Mães acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar Sofrido por suas Filhas | A2 - Psicologia: Ciência e Profissão | 2015 | Universidade Federal da Paraíba | Feminino |
| A Humanização do Sistema de Justiça por meio do Depoimento Especial: Experiências e Desafios | A2 - Psico-USF | 2016 | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Feminino |
| Avaliação de Livros Infantis Brasileiros sobre Prevenção de Abuso Sexual baseada em Critérios da Literatura | A2 - Trends in Psychology - Temas em Psicologia | 2017 | Universidade Federal de São Carlos | Feminino |
| Características Biopsicossociais entre Acusados de Agressão Sexual contra Crianças/Adolescentes em Contextos Intra e Extrafamiliar. | A2 - Trends in Psychology - Temas em Psicologia | 2018 | Universidade Federal do Pará | Feminino |
| Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. | A3 - Revista Ciência & Saúde Coletiva | 2019 | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Masculino |

| | | | | |
|---|---|------|---------------------------------------|-----------|
| As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes | B1 - Fractal | 2015 | Universidade Federal São João del-Rei | Masculino |
| Violência sexual: as marcas na representação da imagem corporal da criança vitimizada | B2 - Boletim de Psicologia | 2015 | Universidade Metodista de São Paulo | Feminino |
| Um corpo maculado na infância: a necessidade de intervenção precoce dos profissionais de saúde. | B2 - Pesquisas e Práticas Psicossociais | 2018 | Universidade Federal de Minas Gerais | Feminino |
| Determinantes da violência sexual infantil no estado do Paraná - Brasil | B3 - Rev. Espaço para a Saúde | 2018 | Faculdade Pequeno Príncipe | Feminino |
| Criança vítima de violência sexual Recortes de um caso atendido na Abordagem Centrada na Pessoa | B5 - Psicólogo in Formação | 2016 | Universidade Federal de Minas Gerais | Feminino |

Fonte: Autoras, 2021

Ainda nessa perspectiva, a partir da tabela 7, pode-se apurar alguns dados relevantes: a maior parte dos artigos selecionados foi publicado em revistas de Qualis A, representando 72,2% do total, o que implica em artigos de alta qualidade, relevância e excelência internacional, já os demais artigos (27,8%), são de Qualis B.

Entretanto, fazendo uma separação por região – a partir da vinculação do primeiro/a autor/a para os que foram escritos por dupla ou grupo –, percebe-se que 38,9% se concentram na região Sudeste do Brasil, 27,8% estão vinculados a região Sul, 11,1% na região Norte, 16,7% na região Centro-Oeste (visto que a produzida na Université Paris VIII está vinculada com uma faculdade do Mato Grosso) e apenas 5,5% foi produzida na região Nordeste, o que

representa apenas um artigo, sendo este vinculado a Universidade Federal da Paraíba, no ano de 2015. No tocante ao gênero destes/as autores/as, 83,3% foi escrito por mulheres, representando 15 dos 18 artigos coletados.

Tabela 8: Descrição dos artigos conforme método, participantes e referencial teórico.

| TÍTULO | MÉTODO | PARTICIPANTES | REFERENCIAL TEÓRICO | TIPO DE PESQUISA |
|---|------------------|--|--|-------------------------|
| Violência sexual: as marcas na representação da imagem corporal da criança vitimizada | Qualitativo | Dois meninos e duas meninas, idade entre 7 e 9 anos, atendidas em um centro de referência (CRAMI - Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância) | Teoria Psicanalítica (S. Freud e F. Dolto) | Empírica |
| Concepções sobre adolescentes em situação de violência sexual | Qualitativo | Foram entrevistados um total de dez profissionais, dentre eles: médicos, enfermeiros, agentes comunitários e coordenador, do programa três equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) da cidade de Montes Claros, MG, Brasil. | Michel Foucault | Empírica |
| Criança vítima de violência sexual Recortes de um caso atendido na Abordagem Centrada na Pessoa | Não especificado | Uma criança vítima de violência sexual atendida pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos | Abordagem centrada na pessoa (Carl Rogers) | Empírica |

| | | | | |
|--|------------------|--|---|----------|
| Exploração sexual e rede de proteção na perspectiva da vítima | Qualitativo | Participaram cinco meninas na faixa etária de 11 a 17 anos vítimas de exploração sexual | Análise qualitativa proposta por Creswell (2007) | Empírica |
| A Humanização do Sistema de Justiça por meio do Depoimento Especial: Experiências e Desafios | Qualitativo | Foram entrevistados 20 profissionais vinculados ao Poder Judiciário, sendo cinco juízes de direito, cinco promotores de justiça, cinco defensores públicos e cinco psicólogas. | Robert Stake (1994) | Empírica |
| Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na Juventude Paraense | Não especificado | Adolescente do gênero feminino com idade de 15 anos | Teoria Bioecológica Do Desenvolvimento Humano | Empírica |
| Violência Sexual Intrafamiliar e Gravidez na Adolescência: Uma Leitura Bioecológica | Não especificado | 658 jovens de 13 a 24 anos, de ambos os gêneros, que cursaram entre a 7ª série do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio de 10 escolas públicas de Belém | Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner | Empírica |
| Ofensores sexuais avaliados pelo Desenho da Figura Humana. | Não especificado | Participaram do estudo 10 homens, entre 23 e 59 anos de idade, em situação de reclusão em um Centro de Ressocialização, pelo artigo 213 do Código Penal Brasileiro. | Manual técnico do teste HTP (Buck, 2003) e referências complementares | Empírica |

| | | | | |
|---|------------------|---|--|----------|
| Transmissão Geracional Familiar em Adolescentes que Cometeram Ofensa Sexual. | Qualitativo | Quatro adolescentes que cometeram violência sexual contra crianças | Maria Cecília de Souza Minayo (1996) | Empírica |
| O Olhar de Mães acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar Sofrido por suas Filhas | Qualitativo | Participaram desta pesquisa 13 mães com filhos assistidos pelo programa especializado local e pela pesquisadora | e Análise de Conteúdo Temático de Bardin (2007) | Empírica |
| As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes | Qualitativo | Não houve | Não encontrado | Teórica |
| Avaliação de Livros Infantis Brasileiros sobre Prevenção de Abuso Sexual baseada em Critérios da Literatura | Quantitativo | Não houve | Avaliação de livros infantis com base no Critérios para Avaliação de LIAPs – Livros Infantis de Abordagem Preventiva (CAL) e estatística Kappa | Teórica |
| Um corpo maculado na infância: a necessidade de intervenção precoce dos profissionais de saúde. | Não especificado | Não houve | Não encontrado | Teórica |
| Violência na Infância e Adolescência: Perfil notificado na mesorregião do Baixo Amazonas | Quantitativo | Não houve | Não encontrado | Teórica |

| | | | | |
|---|------------------|-----------|--|---------|
| Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. | Não especificado | Não houve | Análise Temática | Teórica |
| A entrevista de crianças com suspeita de abuso sexual. | Não especificado | Não houve | Não encontrado | Teórica |
| Determinantes da violência sexual infantil no estado do Paraná – Brasil | Quantitativo | Não houve | Cálculo da Taxa de Prevalência (TP) | Teórica |
| Características Biopsicossociais entre Acusados de Agressão Sexual contra Crianças/Adolescentes em Contextos Intra e Extrafamiliar. | Quantitativo | Não houve | Estatística descritiva e o Modelo de Regressão Logística | Teórica |

Fonte: Autoras, 2021

A tabela 8 é constituída pelos 18 artigos que fomentam a amostra, nos quais sete adotaram a abordagem qualitativa e quatro a abordagem quantitativa, os sete demais não foram especificados. Entretanto, 10 artigos fizeram uso de metodologias empíricas contando com participantes para o desenvolvimento da pesquisa, e nove artigos utilizaram metodologias teóricas que não exigiam o envolvimento de participantes.

2.5. ANÁLISE

Nesta última fase, buscou-se atingir um novo conhecimento adentrando e ampliando a compreensão e discussão (BASTOS, 2015) acerca das ações preventivas e protetivas do abuso sexual no âmbito familiar, a partir dos dados trabalhados na fase de descrição e na leitura dos artigos, configurando uma análise interpretativa. Assim, após ler, interpretar, cruzar e

confrontar dados, foi possível a elaboração de um conhecimento além da síntese, sendo esse movimento dialético que culmina na metassíntese propriamente dita ((BASTOS, 2015).

A partir da leitura dos 18 artigos foi possível elaborar duas categorias temáticas: Medidas preventivas ao abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescente e Medidas protetivas ao abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescente, uma vez que, pelo próprio critério de inclusão, esses termos e temáticas tendiam a aparecer com frequência nos artigos selecionados, permitindo fazer esse agrupamento por afinidade semântica, capaz de guiar a leitura e interpretação dos dados apresentados.

2.5.1. Medidas Preventivas ao abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes

De acordo o Ministério da Saúde e a Secretaria de Atenção à Saúde (2010), as medidas preventivas do abuso sexual são utilizadas como um mecanismo de promoção de saúde e defesa dos direitos da criança e do adolescente vítimas dessa violência, prevenindo sua reinserção e controlando seus agravos. As ações preventivas agem por meio da criação de condições para a proteção e resguardo em situações de vulnerabilidade ou risco, identificando os possíveis processos de adoecimento e complicações, sem danos ao/a usuário/a em sua readaptação e reabilitação.

Foram identificados oito artigos que abordavam direta ou indiretamente acerca das medidas preventivas ao abuso sexual infantil intrafamiliar (AVOGLIA; GARCIA; FRIZON, 2015; COSTA et al., 2017; COSTA, ROCHA, CAVALCANTE, 2018; FRANÇA, 2017; HONORATO et. al., 2018; OLIVEIRA et al., 2015; SOMA; WILLIAMS, 2017; TRABBOLD et al., 2016). Dentre estes, a maioria perpassa pela prevenção à reincidência do abuso sexual, no entanto, apenas o artigo de Soma e Williams (2017) as autoras colocam que programas preventivos podem se utilizar de variados recursos, para além da literatura, como: jogos, filmes, guias e livros para professores e responsáveis pela criança, a fim de ensinar habilidades de proteção as mesmas.

As autoras supracitadas (SOMA; WILLIAMS, 2017) vão de encontro à narrativa de reincidência do abuso sexual infantil, retratando a prevenção na ocorrência primária, visto que traz a avaliação da literatura infantil como meio de precaução a uma possível violência que a criança venha a sofrer, ao ensinar mecanismos que possibilitem às crianças capacidade de se resguardar da violência praticadas a elas. Uma vez que visualizam os livros infantis como material didático onde possibilita a criança se colocar, em certo grau, na trama da história,

esperando-se que potencialize a tomada de consciência desse processo violento e possa sentir-se segura para compartilhar a situação com alguém de confiança.

Ademais, Soma e Williams (2017) ressaltam que é o contato com a literatura infanto-juvenil de prevenção ao abuso sexual infantil apropriada no qual as crianças conseguem desmistificar este imaginário do abusador monstruoso que lhe é ensinado, e aprendem a discriminar um toque que apresente perigo a sua integridade de um toque socialmente adequado entre uma criança e alguém mais velho.

Não obstante, é apontado pela Trabbold et al. (2016) que mesmo havendo uma inexistência de trabalhos preventivos sobre a temática da violência sexual (abuso, exploração) contra crianças e adolescentes, também verificou-se uma carência de notificações obrigatórias em casos nestes casos, bem como capacitações inadequadas dos profissionais de saúde, além de poucos trabalhos preventivos e escassez de uma rede de cuidados intersetoriais consistente. Contudo, o programa nacional de Estratégia da Saúde Familiar (ESF), pode ser apontado como uma possibilidade de prevenção ante ao abuso, uma vez que esse programa serve como porta de entrada da identificação e notificação de casos de violência e abusos sexuais contra crianças. Entretanto, apesar da potência que representa a ESF no tocante à prevenção, as autoras trazem que além da dificuldade de manejo e intervenção em casos de abuso e/ou exploração sexual já identificados, não há a um/a profissional da psicologia para compor a equipe de forma oficial e comum a todo serviço, dificultando o caráter preventivo desse sistema de saúde.

Mediante a leitura, percebe-se que as demais medidas preventivas referem-se a não reincidência do abuso sexual infantil, uma vez que busca prevenir ocorrências subsequentes a primeira denúncia. Como traz França (2017), a partir da Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil (PAIR), um Programa criado com a finalidade de articular e integrar os projetos de prevenção e atendimentos à população alvo e a partir do CAVAS (Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual) – Projeto que busca instrumentalizar com ferramentas teóricas e técnicas, profissionais da rede de enfrentamento de violência sexual infanto-juvenil de Minas Gerais. O atendimento tem viés psicanalítico, no qual propõe atendimento psicoterápico gratuito às vítimas, a fim de diminuir o risco de desenvolvimento de adoecimentos consequentes da violência sexual sofridas por crianças e adolescentes.

Convergindo com a perspectiva de França (2017), Honorato et al. (2018) sugerem que resultados de programas e ações eficazes de assistência, promoção e saúde, bem como

prevenção e violência façam parte de políticas públicas nacionais e locais e de apoio social a crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, pois ao se inserir tais resultados na agenda de enfrentamento de violências física e sexual de crianças e adolescentes implica em considerar o cenário social no qual a violência sexual perpassa. O registro realizado pelas autoras demarca os possíveis abusadores como conhecidos e vizinhos, seguidos de pais e padrastos, sendo tais violências ocorridas nas casas das vítimas e o agressor geralmente é conhecido da família (HONORATO et al., 2018). As autoras traçam um perfil destas violências na mesorregião do baixo Amazonas e sugerem a ampliação desse tipo de pesquisa para outras regiões, visando construir políticas públicas de acordo com o perfil de violência de cada região, uma vez que afirmam a importância da caracterização de um perfil de vítimas e de agressores por meio de notificações adequadas, haja vista que podem colaborar com as políticas públicas de enfrentamento, prevenção ao abuso e promoção da saúde, através do não silenciamento e compartilhamento coletivo de informação.

As demais literaturas correlatam a discussão da prevenção após a ocorrência do primeiro abuso, como em Avoglia, Garcia e Frison (2015) ao pontuar que órgãos como os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os Centros Regionais de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI) dentre outros, ambos os cenários são relevantes se trabalhados em rede, nos quais pode-se pensar em estratégias e abordagens para intervenções e dar seguimento nas notificações para proteger a vítima e reduzir a reincidência de abusos e outras violências contra criança e adolescente, como reverbera França (2017) ao pontuar que a subnotificação impacta negativamente no combate ao abuso sexual infantil, bem como na construção de políticas públicas para proteção deste público alvo.

Costa, Rocha e Cavalcante (2018) bem como Costa et al. (2017) pautam a discussão no agressor, ambos considerando seus contextos biopsicossociais em vista da compreensão do comportamento transgressor. Contudo, Costa et al. (2017) traz como exemplo um estudo de caso com adolescentes que cometeram tais ofensas sexuais e apontam para uma transmissão geracional de violências partindo de um contexto familiar conflituoso, de autoridade e de práticas 'educativas' pautadas em violência. Costa et al. (2017) propõem como ferramenta de diminuição na incidência de casos com adolescentes, bem como cometidos por adolescentes, na oferta de espaços para que tais ofensores sexuais sejam atendidos, orientados e tratados em suas especificidades. Consonante, Costa, Rocha e Cavalcante (2018) afirmam que, não havendo nenhuma intervenção voltada para a saúde mental desses agressores juridicamente puníveis, falha-se na proposta de uma política pública de prevenção efetiva e eficaz da

reincidência, uma vez que continua sendo uma política de reparação, ao se pensar exclusivamente nas vítimas e suas famílias.

Dada as considerações, percebeu-se que, no tocante à prevenção ao abuso sexual infantil intrafamiliar os conceitos mais recorrentes, de modo geral, temos: a baixa quantidade de Políticas Públicas eficientes; um maior número de crianças vitimizadas do sexo feminino em todas as faixas etárias da infância; além de que seus agressores são expressivamente homens adultos de sua convivência; majoritariamente as ocorrências de abusos se dão dentro do ambiente doméstico da própria vítima, seguido da residência de familiares abusadores, é apontado também que, por ocorrer dentro de casa, há maior probabilidade do silenciamento da agressão por parte da criança abusada e de familiares.

Durante a análise foi possível constatar que há poucas referências ao ambiente escolar como um potencial espaço para trabalhar-se a educação sexual infantil, haja vista que esta é uma metodologia que possibilita o ensino sobre o entendimento do que vem a ser consentimento e autonomia do seu próprio corpo, o que contribui diretamente para que a criança identifique e sinalize a alguém de sua confiança, dentro do contexto escolar ou familiar, sobre uma situação de perigo ou até um abuso perpetrado.

2.5.2. Medidas Protetivas ao abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes

Partindo da perspectiva do Conselho Federal de Psicologia (2009), às medidas protetivas retratam fatores que possibilitam a resiliência da vítima, uma vez que são ferramentas de enfrentamento às situações estressoras relacionadas a características individuais, redes de apoio afetivo, social, familiar e institucional. Tais ferramentas visam minimizar e neutralizar fatores e impactos de risco a violação de direitos de crianças e adolescentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, 2010).

Nesta categoria classificamos onze artigos acadêmicos que abordam direta ou indiretamente medidas protetivas frente ao abuso sexual (FLORENTINO, 2015; CAMPOS, 2016; MACEDO et al., 2019; BENIA, 2015; ARAUJO et al., 2019; SILVA VEGA; SANTOS PALUDO, 2015; PELISOLI; DELL'AGLIO, 2016; MAIA et al., 2017; LORDELLO; COSTA, 2020; CASARIN; BOTELHO; RIBEIRO, 2016; LIMA; ALBERTO, 2015). Boa parte dos textos trazem as principais consequências do abuso sexual infantil intrafamiliar. Comumente, foi apontado que apesar da singularidade de cada criança e adolescente

abusados, eles e elas apresentam efeitos nocivos a longo ou curto prazo em decorrência dessa violência sofrida. Como cita Florentino (2015), a vítima pode apresentar temor a pessoas do mesmo gênero do agressor - bem como a ele mesmo - isolamento social, sentir-se estigmatizado/a, quadro depressivo, distúrbios do sono, alimentar e/ou de aprendizagem, acrescentando outras violências adjuntas ao abuso sexual, como violência física e psicológica.

Como corrobora, de modo sucinto, Araujo et al. (2019) afirmam que a violência sexual traz para a vítima prejuízos cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais. No momento em que a violência sexual é consumada e mediante as consequências negativas, as instituições e seus/suas profissionais, os quais precisam estar preparados/as – seja atuando desde Políticas Públicas até consultórios particulares – para acolher a vítima no contexto em que a notificação se apresenta (FLORENTINO, 2015; ARAUJO et al., 2019).

Contudo, existem vários órgãos e instituições públicas que recebem denúncias de abuso sexual infanto-juvenil, onde a vítima necessita passar por mais um órgão protetor para efetivar a denúncia e o acompanhamento após a notificação (SILVA VEGA; SANTOS PALUDO, 2015). Logo, por não haver uma comunicação direta, ainda no que se propõe a rede de cuidados, a vítima é forçada a repetição do depoimento - este por vezes traumático, e que lhe inflige sofrimento - sem ao menos conhecer o objetivo de cada órgão e o trabalho desenvolvido consigo pelos profissionais envolvidos (SILVA VEGA; SANTOS PALUDO, 2015), tornando a denúncia um processo exaustivo e expositivo para a vítima (PELISOLI; DELL'AGLIO, 2016).

Em vista disso, o processo de denúncia costuma ser complexo à medida em que a única testemunha é a própria vítima, na maioria dos casos, dependendo da recuperação da memória da violência ocorrida. Logo, a vítima precisa de um ambiente acolhedor e de profissionais preparados/as para que a mesma não fique suscetível a interferências externas durante a entrevista que envie seu depoimento. Assim, esse processo busca garantir a integridade da vítima bem como que seu relato seja de alto valor probatório e com isso reduzir a impunidade do violador e a permanência da violência (BENIA, 2015).

Nesse aspecto, concorda Pelisoli e Dell'Aglio (2016), que existem medidas a serem cumpridas para que esse depoimento seja de maior seguridade, e para isso as autoras apontam como possibilidade, recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Depoimento Especial (DE). Este que propõe um depoimento mais humanizado, no qual a criança ou adolescente é atendido e entrevistado em uma sala especial, separada e com depoimento gravado, para evitar a necessidade de repetição do relato e garantir a integridade da vítima,

considerando seus direitos integrais à intervenção imediata, proteção, privacidade, dentre outros direitos previstos por lei (PELISOLI; DELL'AGLIO, 2016).

Além do processo judicial, a vítima, criança ou adolescente, passa por acompanhamento psicológico, no qual a principal intenção é garantir um espaço de escuta comprometida e respeitosa para a vítima e sua família, visto que também sofre o impacto da ocorrência, reconhecendo e fortalecendo os/as usuários/as como sujeitos de direitos (CAMPOS, 2016). Em alusão a essa medida, a autora (CAMPOS, 2016) traz em seu artigo uma referência técnica do Conselho Federal de Psicologia (CFP), no tocante ao atendimento feito às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, no qual orienta que o atendimento a estas deva voltar-se para redução de danos e minimização de fatores de risco.

Outro ponto recorrente é o alto índice de vítimas do sexo feminino que abrange a faixa etária da infância até a adolescência (CAMPOS, 2016; MAIA et al., 2017; ARAUJO et al., 2019; HONORATO et al., 2018, LIMA; ALBERTO, 2015). De acordo com a literatura referenciada, bem como, com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, atualizado em 2021, crianças de sexo feminino são mais suscetíveis ao abuso, apresentando maior quantidade de denúncias. Ainda que a subnotificação apresente-se acentuada por fatores externos que perpassam pela administração governamental e má gestão de políticas públicas, fator apontado por Macedo et al. (2019) no qual defende que o fluxo de atendimento eficiente de notificações compulsórias promove a criação de registros sistematizados, onde a integração desses dados permite mensurar uma média de investimentos necessários para o aprimoramento da rede protetiva.

Como elucidam Lima e Alberto (2015) e Araújo et al. (2019), percebe-se que esse modelo a qual o feminino está subordinado ao masculino perpassa diversos níveis e camadas das relações em geral no Brasil, seja pelo patriarcalismo e machismo. Corroborando a essa narrativa:

“No contexto da relação de gênero, a mãe aparece na posição social do sujeito dominado, mas que, ao mesmo tempo, é cobrada socialmente que assuma postura protetiva aos filhos(as) e que se responsabilize pelo equilíbrio familiar” (LIMA; ALBERTO, 2015. p. 1159).

Logo, não só meninas são comumente mais vitimizadas, como as mães-mulheres responsáveis pelas crianças são as mais culpabilizadas pelo abuso, bem como são apontadas coniventes, ausentes, até quando as mesmas também sofrem outros tipos de violências ou são as provedoras da família (LIMA; ALBERTO, 2015).

Trazendo um ponto divergente de toda literatura, Casarin, Botelho e Ribeiro (2016) apontam o abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente intrafamiliar a partir do Desenho da Figura Humana ao remontar o perfil de abusadores, expondo que os abusadores são retratados de forma estigmatizada pelo imaginário popular e por notícias midiáticas, conferindo-lhes diagnósticos de psicose, perversão, psicopatia, introversão entre outros, tornando este perfil a personificação padrão de um potencial abusador.

No entanto, as autoras ratificam que a agressão sexual parte com maior constância por parte do pai biológico da criança, que pode induzi-la tanto a prática sexual, quanto a exploração sexual ou comercial e exposição a material pornográfico. Mesmo que de acordo com Lordello e Costa (2020) o abuso sexual infantil intrafamiliar vai além da relação consanguínea, mas que se dê dentro do ambiente familiar, e tal agressor tenha autoridade contínua sobre a vítima por ser um adulto e uma pessoa de confiança dentro da estrutura familiar.

Diversos fatores corroboram a subnotificação para além dos supracitados, como o conhecimento e o entendimento a respeito do que é a violência sexual (LIMA; ALBERTO, 2015) e, culturalmente, se as crianças estão sendo vistas como ativas nesse processo, de escolha ou ato “consensual” ou o fato da vítima não compreender que vivenciou uma violação de seu corpo (SILVA VEGA; SANTOS PALUDO, 2015). Ademais, é importante ressaltar que a violência sexual intrafamiliar percorre para além da violência, a vítima é exposta a uma série de opressões, passando a temer o autor da violência e suas possíveis retaliações, caso seja revelado sua autoria do crime (LORDELLO; COSTA, 2020). Logo, o tratamento à vítima por parte do/a profissional psicólogo/a, deve ser um processo sensível, de escuta qualificada e atenciosa, reconhecendo sua integralidade enquanto pessoa de direitos, e em conjunto com a equipe, promova um trabalho de redução de danos levando em conta as especificidades de cada caso, para além dos objetivos terapêuticos (CAMPOS, 2016).

Dentre as consequências da violência sexual, Lordello e Costa (2020) descrevem um caso de gravidez de uma adolescente vítima de abuso intrafamiliar, abordando procedimentos legais a serem realizados em situações de gestação. Em casos como este, existem notas técnicas oficiais que garantem atendimento imediato e prioritário, no qual há um acolhimento à vítima, bem como assegurando a credibilidade de seu relato, o acesso à anticoncepção de emergência para a interrupção imediata da gestação (LORDELLO; COSTA, 2020). Neste aspecto, Lordello e Costa (2020) trazem que este processo envolve informar a vítima acerca de seus direitos de abortar de forma segura e legalizada, uma vez que, por se tratar de uma

violência na infância, interfere no processo de maturação e desenvolvimento, além de ser uma situação de crime sexual é extremamente traumático, com consequências a longo prazo e nocivas à vítima. Em casos em que a criança ou adolescente vitimizada e família optem por manter a gestação, abre-se a possibilidade de após o parto da recém-nascida, a criança possa ser encaminhada para a adoção. Em situações em que as vítimas escolham permanecer com o bebê, inicia-se um novo desafio, lidar com maternidade precoce que surge por meio de um abuso sexual, tal qual encarar constantemente a reedição da violência sofrida (LORDELLO; COSTA, 2020)

A partir dos fatos supracitados, percebe-se que além de não ser claro o conceito de violência sexual para muitas das mães-responsáveis pelas crianças vitimizadas, haja vista que o abuso sexual é tido por muitas famílias das vítimas apenas como ato da penetração e rompimento do hímen (LIMA; ALBERTO, 2015). Estas mães acabam sendo culpabilizadas e taxadas de coniventes, mesmo quando o acesso a informações e direitos são negados, validando uma conduta social patriarcal e machista que culpabiliza a mãe-mulher, esta sendo responsável legal pela criança (LIMA; ALBERTO, 2015). Logo, as autoras (LIMA; ALBERTO, 2015) sugerem Políticas Públicas voltadas para discernimento do que é o abuso, quais as medidas a serem tomadas, e garantir que abusador da criança/adolescente seja afastado do convívio familiar, para que, tanto vítima quanto o familiar efetuator da denúncia, sintam-se resguardados de possíveis retaliações.

Não obstante, essas condutas reforçam e são reforçadas pelo número predominante de vítimas do sexo feminino, bem como, são os homens – pais, padrastos, tios e pessoas do sexo masculino próximas à família – que mais cometem abusos sexuais (ARAUJO et al., 2019). E, longe da figura monstruosa e tipificada, os abusadores são pessoas de confiança e que têm autoridade e vínculo com a vítima, levando o abuso intrafamiliar a maiores números de reincidência e silenciamento da criança abusada e familiares (ARAUJO et al., 2019).

Neste aspecto, reconhecemos que é necessário políticas públicas passíveis de efetivação, com linguagem acessível e alto alcance por meio das escolas, ações comunitárias com os conselhos tutelares regionais e em UBS por meio do matriciamento do programa Estratégia da Saúde da Família (ESF), possibilitando acessos a informação nos ambientes em que as vítimas transitam. Uma vez que há poucas produções acadêmicas que retratem a necessidade de que tais políticas devam partir desde o esclarecimento sobre o abuso sexual infantojuvenil, como e onde realizar denúncias. Deve-se também assegurar e informar os direitos legais das vítimas, sendo parte destes o afastamento imediato do abusador, o

acompanhamento psicológico, assistencial e médico. É importante garantir à vítima e a família que o perpetrador do abuso será afastado imediatamente do seu convívio, bem como garantir a proteção por meio de medidas institucionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com este estudo analisar as produções acadêmicas nacionais acerca das ações preventivas e protetivas do abuso sexual contra crianças e adolescentes no contexto intrafamiliar por meio de uma revisão sistemática de literatura do tipo metassíntese. Foi possível observar a importância e a abrangência deste tipo de violência como um fenômeno multidisciplinar, haja vista que o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é uma temática que perpassa diversas áreas de conhecimento, como percebido nos resultados. Logo, se mostra uma necessidade para compreender a partir de diversas perspectivas, o fenômeno do abuso sexual infantojuvenil no contexto intrafamiliar.

Percebeu-se também uma redução na produção de artigos acadêmicos acerca da temática do abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no período pesquisado. Além disso, o maior número de produções concentra-se em universidades localizadas no sudeste brasileiro, sendo apenas um artigo da amostra final produzido em uma universidade do nordeste, no ano de 2015.

Diante do exposto pelos autores/as, compreendemos que a implementação e permanência de Políticas Públicas é a medida mais assertiva na prevenção e no combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Contudo, reconhecemos que para a real efetivação de tais políticas, é necessário possibilitar o acesso à informação aos/as usuários/as dos serviços, trazendo estratégias de comunicação para esclarecimentos sobre o que caracteriza o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, quais os direitos e os caminhos a serem seguidos para a formalização da denúncia.

Ressaltamos a importância de que políticas públicas de prevenção e proteção ao abuso sexual infantojuvenil estejam em articulação com escolas públicas e privadas, haja vista que durante a análise dos artigos selecionados foi identificada uma escassez da escola como uma aliada e um espaço de prevenção do abuso por meio da educação sexual de forma abrangente. Uma vez que esta é uma metodologia que possibilita o entendimento da criança e do

adolescente sobre o funcionamento do seu corpo, identificação das suas partes íntimas e noções de consentimento e privacidade.

Como limitação da pesquisa, observam-se os recortes de área e temporal realizados para a efetivação desta, e a partir disso, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas futuras abrangendo outras áreas e outro período temporal.

REFERÊNCIAS

Araujo, G., Ramos, M., Zaleski, T., Rozin, L., & da Conceição Sanches, L. Determinantes da violência sexual infantil no estado do Paraná-Brasil. **Espaço para Saúde**. Vol 20, p. 43-54 2019.

Avoglia, H. R. C., Garcia, V. P., & Frizon, V. C. Violência sexual: as marcas na representação da imagem corporal da criança vitimizada. **Boletim de psicologia**. Vol 65 (142), p. 29-43, 2015.

Bastos, J. A. **Saúde mental e trabalho: metassíntese da produção acadêmica no contexto da pós-graduação brasileira**. Dissertação. Universidade Federal de Alagoas, 2015.

Benia, L. R. A entrevista de crianças com suspeita de abuso sexual. **Estudos de Psicologia (Campinas)**. Vol 32(1), p. 27-35, 2015.

Brasil. **Lei no 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf> . Acesso em: 31 de julho de 2021.

Campos, J. Criança vítima de violência sexual-Recortes de um caso atendido na Abordagem Centrada na Pessoa. In: **Psicólogo inFormação**. Vol 20(20), p. 25-47, 2016.

Casarin, J. M., Botelho, E. H. L., & Ribeiro, R. K. S. M. Ofensores sexuais avaliados pelo Desenho da Figura Humana. **Avaliação Psicológica**. Vol 15(1), p. 61-72, 2016.

CFP. **Conselho Federal de Psicologia**. Brasília, 2009. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/10/CREPOP_Servico_Exploracao_Sexual.pdf . Acesso em: 16 de julho de 2021.

Costa, L. F., Penso, M. A., Conceição, M. I. G., & Carreiro, T. C. O. C. Transmissão Geracional Familiar em Adolescentes que Cometeram Ofensa Sexual. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Vol 37(4), p. 995-1010, 2017.

Costa, L. P. D., Rocha, C. J. B. D., & Cavalcante, L. I. C. Características Biopsicosociales entre en los Acusados de Agresión Sexual Contra los Niños/Adolescentes en el Contexto Intra y Extra Familiar. **Trends in Psychology**. Vol 26(1), 283-295, 2018.

França, C. P. A body sullied in childhood: the need for early intervention of health professionals. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. Vol 12(3), p. 1-10, 2017.

Florentino, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**. Vol 27(2), p. 139-144, 2015.

Honorato, L. G. F., Souza, A. C. D., Santos, T. S. R. D., Lopes, O. G., & Zukowsky-Tavares, C. Violência na Infância e Adolescência: Perfil notificado na mesorregião do Baixo Amazonas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Vol 70(2), p. 266-284, 2018.

Lei de Jó Pereira pode auxiliar investigações sobre estupro de vulnerável em Alagoas.

GazetaWeb.com. Maceió, 12 de Junho de 2021. Disponível em:

<https://www.gazetaweb.com/noticias/politica/lei-de-jo-pereira-pode-auxiliar-investigacoes-sobre-estupro-de-vulneravel-em-alagoas/> . Acesso em: 03 de setembro de 2021

Lima, J. A., & Alberto, M. D. F. P. O olhar de mães acerca do abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas. **Psicologia: ciência e profissão**. Vol 35(4), p. 1157-1170, 2015.

Lordello, S. R. M., & Costa, L. F. Violência Sexual Intrafamiliar e Gravidez na Adolescência: Uma Leitura Bioecológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol 36(SPE), 2020.

Macedo, D. M., Foschiera, L. N., Bordini, T. C. P. M., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. Vol 24, p. 487-496, 2019.

Maia, R. C., Nunes, T. G. R., Silva, L. I. D. C., & Silva, K. M. D. Da proteção ao risco: configurações da violência intrafamiliar na juventude paraense. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol 33, 2017.

Ministério da Educação. Governo Federal, 2014. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis> Acesso em: 21 de março de 2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Governo Federal, 2021.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/disque-100-tem-mais-de-6-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-em-2021> .

Acesso em: 18 de junho de 2021.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf .

Acesso em: 16 de julho de 2021

Oliveira, A., Trancoso, A., Bastos, J., & Canuto, L. T.. Metassíntese apontamentos para sistematização de revisões amplas e crítica interna à produção científica. **CIAIQ**. Vol 1, 2015.

Pelisoli, C., & Dell'Aglio, D. D. A humanização do sistema de justiça por meio do depoimento especial: experiências e desafios. **Psico-USF**. Vol 21(2), p. 409-421, 2016.

Secretaria de Estado da Saúde. Governo Estadual de Alagoas, 2021. disponível em:

<https://www.saude.al.gov.br/ravvs-quase-80-das-vitimas-de-violencia-sexual-sao-criancas-e-adolescentes/> . Acesso em: 01 de agosto de 2021.

Silva Vega, L. B., & dos Santos Paludo, S. Exploração sexual e rede de proteção na perspectiva da vítima. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Vol 67(2), p. 47-60, 2015.

Soma, S. M. P., & Williams, L. C. D. A. Avaliação de livros infantis brasileiros sobre prevenção de abuso sexual baseada em critérios da literatura. **Trends in Psychology**. Vol 25(3), p. 1201-1212, 2017.

Trabbold, V. L. M., Caleiro, R. C. L., Cunha, C. D. F., & Guerra, A. M. C. Concepções sobre adolescentes em situação de violência sexual. **Psicologia & Sociedade**. Vol 28(1), p. 74-83, 2016.